

Educação para todos

O GLOBO

MURÍLIO DE AVELLAR HINGEL

Em março de 1990 realizou-se em Jomtien, Tailândia, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos.

A "Declaração Mundial sobre Educação para Todos" e "Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem" constatou que, apesar de a Declaração dos Direitos Humanos, feita há mais de 40 anos, afirmar que "toda pessoa tem direito à educação", persistem realidades preocupantes, embora tenham sido feitos esforços por países do mundo inteiro:

- mais de cem milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao "ensino primário";

- mais de 960 milhões de adultos — dois terços dos quais são mulheres — são analfabetos (e o analfabetismo funcional é problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento);

- mais de um terço dos adultos do mundo não tem acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, capazes de melhorar a qualidade de vida e permitir mudanças sociais e culturais; e

- mais de cem milhões/de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais.

Tais realidades concentram-se em nove países mais populosos ditos "em desenvolvimento": China, Índia,

Paquistão, Indonésia, Bangladesh, Egito, Nigéria, México e Brasil que, em conjunto, representam praticamente metade da população da Terra.

Essa evidência determinou que os organismos internacionais — Unesco, Unicef, Pnud — concentrassem o Programa Mundial sobre Educação para Todos nos países listados. E, agora, para novembro de 1993, está convocada uma Conferência para Nova Délhi, oportunidade em que esses países apresentarão os resultados de seus "Planos Nacionais de Ação" para "satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem". Agora mesmo, como parte integrante deste movimento mundial, a China realizou uma Conferência Nacional de avaliação dos resultados já alcançados para a década de 1990.

O Brasil, signatário de "Declaração Mundial sobre Educação para Todos", infelizmente, por razões que não cabe analisar neste artigo, não apresentou seu Plano Decenal de Ação, embora tenha ocorrido amplo debate nos níveis dos municípios e estados. Em outras palavras, o Brasil descumpriu o calendário indicativo de implementação para os anos 90.

Ao fazer-se presente na Conferência Nacional da China, no início de março de 1993, o Ministério da Educação e do Desporto do Brasil, a par da situação de constrangimento diante dos progressos realizados por outros países (China, Índia, Paquistão, Bangladesh, Nigéria, ...), comprometeu-se a elaborar seu Plano de Ação de forma a entregá-lo à Unesco

até princípios de junho.

O compromisso pôde ser assumido porque chegou a ocorrer determinação do nível de discussão de que resultaram importantes estudos e documentos e porque, desde que o atual Governo federal assumiu a condução do país, a área de educação vem trabalhando para que o MEC recupere a capacidade de definir as políticas nacionais de educação dentro de princípios de descentralização, integração/articulação e interação. E, acima de tudo, porque o MEC adotou como prioridade absoluta de suas ações a educação básica, colocando a criança como pólo central de sua atuação.

Diante da exigüidade de tempo, a semana de 10 a 14 de maio será a Semana Nacional de Educação para Todos quando, em todos os níveis, e por todos os meios, os objetivos e metas que devem integrar Plano Decenal de Ação serão amplamente discutidos para a busca de soluções e prosseguimento de políticas em andamento em consonância com dimensões propostas para o contexto internacional:

- 1 — Expansão dos cuidados básicos e atividades de desenvolvimento infantil, incluídas aí as intervenções da família e da comunidade;

- 2 — Acesso universal e conclusão da educação fundamental;

- 3 — Melhoria dos resultados de aprendizagem;

- 4 — Redução da taxa de analfabetismo adulto;

- 5 — Ampliação dos serviços de educação básica e capacitação em outras habilidades essenciais neces-

sárias aos jovens e adultos; e

6 — Aumento da aquisição (indivíduos e famílias) dos conhecimentos, habilidades e valores necessários a uma vida melhor, recorrendo-se a todos os canais de educação, inclusive aos meios de comunicação de massa e ação social.

A apreciação desses objetivos e metas no contexto das atuais propostas para a política nacional de educação demonstra que as medidas adotadas e em andamento estão perfeitamente compatibilizadas com a perspectiva de ordem mundial. Assim temos: o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Pronaica), recentemente aprovado pelo Congresso, cujo conceito de "integração de serviços" reconhece o indispensável envolvimento entre Estado-Família-Comunidade para o desenvolvimento integral e pleno da criança; a proposta de universalização da educação fundamental com a equalização da oferta de oportunidades; a concentração de esforços na melhoria da qualidade da educação em geral e na escola pública em particular, com fortes investimentos na capacitação de recursos humanos; o combate à improdutividade do sistema educativo, admitindo-se a repetência/evasão escolar como perdas irreparáveis; a aproximação da educação formal da denominada educação não-formal, tanto pela criação de um "sistema nacional de educação tecnológica" como pela ampla utilização da teleeducação (exemplo: capacitação de recursos humanos pelo programa "Um Salto para o Futuro" e inclusão dessa te-

mática na Conferência de Ministros da Educação que antecederá a Cúpula de Salvador/OEI prevista para julho próximo); a convocação das agências de formação de recursos humanos para a educação para que trabalhem no sentido de colaborar com a sociedade no grande esforço nacional em torno da educação básica (universidades, faculdades de educação, institutos de educação, escolas normais).

Tudo isto tornou factível, embora com atraso de três anos, a realização da Semana Nacional com o propósito de entregar à Unesco e demais órgãos internacionais o Plano Brasileiro de Educação para Todos e a apresentação na Conferência de Nova Délhi da contribuição ao debate internacional sobre a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e da proposta de atenção integral à criança (Pronaica).

É claro que devemos reconhecer as dificuldades vividas pela sociedade brasileira no momento atual, bem como os imensos desafios que são colocados diante de nós pela educação em seus variados graus, níveis e modalidades. Contudo, existe também a consciência plena que a educação básica universalizada e oferecida com iguais oportunidades para todos é o caminho mais rápido, justo e generoso para o efetivo combate à pobreza e, portanto, para a inserção do Brasil no mundo contemporâneo, como tão bem foi colocado no V Fórum promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae) (São Paulo, 3 a 6 de maio corrente).

E, como conclui o preâmbulo da

Educação Mundial Sobre Educação para Todos:

"...o mundo está às vésperas de um novo século carregado de esperanças e de possibilidades... testemunhamos um autêntico progresso rumo à distensão pacífica e de uma maior cooperação entre as nações... os direitos essenciais e as potencialidades das mulheres são levados em conta. ...vemos emergir, a todo o momento, muitas e valiosas realizações científicas e culturais. ...o volume de informações disponíveis no mundo (...) é extremamente mais amplo do que há alguns anos, e continua crescendo num ritmo acelerado. Estes conhecimentos incluem informações sobre como melhorar a qualidade de vida ou como aprender a aprender. Um efeito multiplicador ocorre quando informações importantes estão vinculadas com outro grande avanço: nossa nova capacidade de comunicar.

"Essas novas forças, combinadas com a experiência acumulada de reformas, inovações, pesquisas, e com o notável progresso em educação registrado em muitos países, fazem com que a meta de educação básica para todos. ...pela primeira vez na História ...seja uma meta viável."

Por isto conclamamos a todos os brasileiros, independentemente de condição, etnia, posição social, religião, ideologia, sexo, idade: juntemos os nossos esforços em torno da grande meta nacional — Educação para Todos.

Murílio de Avellar Hingel é ministro da Educação.